

**ILEGALIDADE – INEXEQUIBILIDADE – RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE**

**Processo - 2026/000004 / Modalidade: Pregão Eletrônico - Nº Modalidade: 000001/2026 - Gerenciamento, cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo seguro-viagem internacional  
LEI Nº 10.520/2002**

Ao Senhor(a) Pregoeiro(a)

O Edital do Pregão Eletrônico nº 000001/2026 tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de: Gerenciamento, cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais; Fornecimento de seguro-viagem internacional.

Ocorre que o instrumento convocatório estabelece a obrigatoriedade de aplicação de desconto linear sobre todos os componentes da contratação, inclusive:

Sobre multas de remarcação e cancelamento impostas pelas companhias aéreas;  
Sobre valores referentes ao seguro-viagem.

Tal exigência compromete a legalidade do certame, tornando a proposta estruturalmente inexecutável e restringindo indevidamente a competitividade.

**DA ILEGALIDADE E DA INEXEQUIBILIDADE**

**1. Desconto sobre multas impostas por companhias aéreas**

As multas por remarcação e cancelamento:  
São fixadas unilateralmente pelas companhias aéreas;  
Decorrem das regras tarifárias do bilhete;

Não integram a remuneração da agência intermediadora;  
São integralmente repassadas à transportadora;  
Não estão sob qualquer ingerência da licitante.

A agência de viagens atua exclusivamente como intermediadora comercial, não possuindo poder para alterar penalidades contratuais impostas por terceiros.

**2. Distinção jurídica entre passagem aérea e seguro-viagem**

O edital trata de forma unificada dois objetos juridicamente distintos:

**a) Passagem aérea**

Regida pelo Código Brasileiro de Aeronáutica;  
Regulada pela ANAC;  
Natureza de contrato de transporte;  
Agência atua como intermediadora.

**b) Seguro-viagem**

Regido pela legislação securitária;  
Regulamentado pela SUSEP;  
Produto estruturado por seguradora autorizada;  
Precificação baseada em cálculo atuarial.

A agência não detém liberdade para alterar estrutura atuarial ou conceder descontos que impactem o equilíbrio técnico do contrato de seguro.

A exigência de desconto linear e indistinto sobre objetos de natureza diversa viola:

O princípio da isonomia;  
O princípio da competitividade;  
O princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

A exigência impugnada:  
Afasta empresas que atuam de forma técnica e responsável;  
Impõe risco financeiro não gerenciável;  
Induz à formulação de propostas artificiais;  
Pode comprometer a futura execução contratual.

Pede deferimento.

Americana, 12 de fevereiro de 2026

Sarita Nicoleti  
Proprietária  
Sarita Nicoleti 21615817832  
CNPJ nº 27.010.813/0001-19